

HABEAS CORPUS Nº 548.402 - RS (2019/0355826-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CARLOS MAURICIO WELCHEN SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : NÁTALI RAQUEL MONTEIRO - RS113300
CARLOS MAURÍCIO WELCHEN SIQUEIRA - RS118083
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CASIANO LOPES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CASIANO LOPES DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao apelo defensivo, por meio do acórdão de fls. 13-39.

O paciente foi condenado pelo crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006.

A impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de excesso de prazo para o julgamento da apelação criminal, estando o réu preso há mais de 725 dias.

Alerta sobre a iminência de o paciente cumprir a pena em caráter provisório, o que não se admite, de acordo com o novo entendimento do STF.

Na origem, apelação n. 0262431-52.2018.8.21.7000, houve conclusão em 14/11/2019, para julgamento dos embargos de declaração opostos, conforme informações processuais eletrônicas, consultadas em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à execução provisória da pena, não houve determinação do Tribunal nesse sentido, conforme se depreende da leitura do acórdão de fls. 13-29, ainda pendente de julgamento os embargos de declaração opostos, consoante informações processuais eletrônicas consultadas no *site* do Tribunal de Justiça em 28/11/2019.

Assim, em um juízo inicial, não se verifica manifesta ilegalidade.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator